

A PRECARIZAÇÃO DOS MEIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS ONERA O CONTRIBUINTE, TRANSFERE RENDA AOS GRANDES PRESTADORES DE SERVIÇOS E INVIABILIZA A CIDADE.

Há uma permanente tensão entre as populações e seus governos no mundo, em nosso país, no estado e nossa cidade a isso não está infensa. Ela também se traduz pela disputa da renda originada em impostos e taxas e se trava por menos ou mais recursos para políticas públicas, se menos ou mais recursos para o lucro de rentistas e proprietários privados de negócios.

A precarização de meios para a execução dos serviços públicos é um erro estratégico de repercussão estrutural. A lógica acentuada a partir de 2005 abriu as portas à imposição da lógica da terceirização na gestão da Prefeitura de Porto Alegre. Na essência, tornam-se tais políticas mecanismos de transferência à iniciativa privada da renda pública devida à prestação de serviços de qualidade à população.

A perda gradativa da memória científica e da capacidade técnica de execução, avaliação e fiscalização de projetos e ações tornam dramáticas as condições de trabalho do quadro remanescente. Deterioram-se aceleradamente as condições de prestação de serviços públicos de qualidade

À previsível redução de pessoal por afastamento ou aposentadoria, à inexistente, lenta e insuficiente recomposição do quadro de pessoal somaram-se medidas financeiras de estabilização de caixa. A redução generalizada da permissão do trabalho extraordinário, que atenuava em parte os efeitos do “choque de gestão”, acrescenta peculiar gravidade ao quadro geral.

É notória a carência de plantões em áreas estratégicas de defesa da cidade, notadamente na Saúde, na Educação, Assistência Social, Limpeza Urbana, Obras Públicas, Meio Ambiente.

A terceirização imposta pela precarização resultou em contratação de serviços por custo maior e nem sempre qualificados, quadro agravado pela leniência ou mesmo falta de equipes públicas para fiscalização e gerenciamento habilitado das contratações de serviços vários.

Resulta acentuada a informalidade na gerência dos serviços, marginal às necessárias responsabilidades técnicas, que se aproxima da incúria ao admitir, quando não impõe, a direção política por gerentes comissionados ou contratados sem a exigida formação ou a necessária competência técnica para áreas estratégicas específicas.

O caráter estrutural desse erro estratégico fica patente. A perda da capacidade técnica e do conhecimento acumulado sobre a gestão da cidade, de suas fragilidades, de suas potencialidades magnificam custos de execução, oneram a manutenção, tornam inclusive ações corriqueiras ainda mais custosas, quando e se realizadas.

Somos servidores do povo da cidade a quem a Prefeitura deve políticas públicas permanentes e serviços de qualidade crescente.

O país vive um período complexo devido a um período que conjuga a crise econômica, que já se reflete inclusive na classe trabalhadora, com aumento do desemprego e diminuição do salário médio, com a crise social, cuja ponta do iceberg apareceu nos protestos de junho de 2013 da qual ainda não enfrentou os principais problemas: de moradia, do transporte público e de segurança, que se agravam.

Soma-se a crise política cuja origem é o sequestro da democracia brasileira feito pelos capitalistas por meio do financiamento privado das campanhas eleitorais.

A superação deste conjunto de crises passa pela defesa em cada cidade do patrimônio do povo, pela garantia de qualificação dos serviços públicos, pela retomada da prestação de serviços de qualidade, pela disputa cada vez mais consciente e qualificada da renda pública, por dar fim à precarização e pela conquista da recuperação e valorização dos serviços públicos municipais.

Urge que exista de fato um plano de carreira que preserve e promova cargos e salários.

Urge que sejam preenchidas por concurso as centenas de vagas abertas pelos mais diversos motivos nas secretarias e departamentos cujas finalidades são a prestação de serviços de qualidade devidos à população.

Urge que se somem os municipais às lutas gerais dos trabalhadores em defesa do patrimônio público e da democracia em nosso país.

Associação dos Técnicos de Nível Superior de Porto Alegre -
ASTEC